



**Mulheres
em Movimento**
Building Movements

DADOS DO PROJETO

1. NOME DO PROJETO (o mesmo da parte I) Mediadores de conflitos em Direitos Humanos: LBTs & mais mulheres em ação.

2. DURAÇÃO DO PROJETO EM MESES: (até 10 meses) 10 meses.

3. PRIORIDADES DO EDITAL

Assinale a qual/quais das prioridade/s do edital o seu projeto atende:

- Proposta “Cross-movements”
- Proposta “Cross-Countries”
- Proposta liderada por pessoas LBT
- Proposta liderada por mulheres e LBT vivendo com HIV/AIDS
- Proposta liderada por mulheres jovens

4. LINHA DE APOIO

Assinale qual a linha de apoio do projeto:

- Ação ou mobilização social feminista e de mulheres;
- Formação política;
- Formação em comunicação e tecnologia;
- Iniciativas de interação, diálogo, troca de experiências, de aproximação ou para o desenvolvimento de alianças entre diversos segmentos dos movimentos de mulheres (iniciativas cross-movements);
- Iniciativas de interação, diálogo, troca de experiências, de aproximação ou para o desenvolvimento de alianças entre países da região da América Latina e o Reino Unido (cross-countries);
- Mobilidade e Direito à Cidade;
- Artivismo feminista e cultura;
- Educação;
- Bem-estar, cuidado e segurança de e entre ativistas;
- Ações pelo fim do racismo e do etnocentrismo;
- Ações pelo fim da violência (lesbofobia, transfobia, racismo, violência doméstica, feminicídio, violência cibernética);
- Ações pelo fim da criminalização do movimento das mulheres e/ou de LBT;
- Ações pelo fim da precarização do trabalho;
- Ampliação do conhecimento sobre a prevenção do HIV / AIDS e a epidemia;
- Capacitação em educação e prevenção do HIV / AIDS;
- Estímulo à formulação de políticas públicas e luta pela garantia de direitos adquiridos;
- Fortalecimento de espaços de abrigo e escuta para falar para as mulheres que vivem com HIV / AIDS;
- Desenvolvimento de parcerias para fortalecer as mulheres vivendo com HIV / AIDS e promoção de mudanças de comportamentos discriminatórios com pessoas vivendo com HIV / AIDS;

5. BREVE DESCRIÇÃO DO PROJETO

a) Qual o OBJETIVO do projeto? (Como vai contribuir para o fortalecimento dos movimentos e dos direitos de mulheres, feministas, LBT, HIV/AIDS, jovens?)

Objetivo geral é fortalecer ações conjuntas entre diferentes movimentos sociais liderados por pessoas LBTs, profissionais do sexo, mulheres e PVHA de Florianópolis/SC, fomentando autonomia e instrumentalizando as lideranças em advocacy¹ para a promoção de seus direitos. Por meio de mudanças de comportamento relacionadas à lesbitransfobia, misoginia, racismo e discriminação por viverem com HIV, pretende-se promover a melhoria na incidência política dessas sujeitas sociais, fornecendo-lhes ferramentas de conhecimento, fomentando pesquisas e promovendo a qualificação técnica àquelas ativistas/militantes de gênero (LGBT+, profissionais do sexo, mulheres negras e PVHA) à métodos de relações governamentais aplicados ao advocacy, além de incentivar o diálogo para a resolução de conflitos em gênero².

Objetivos específicos:

Para as gestoras do projeto: Mapear, identificar e promover o diálogo entre instituições/associações/fundações e grupos acadêmicos no campo das relações de gênero/feministas que possuam em seus quadros lideranças/ativistas/militantes comunitárias, a fim de construir coletivamente um Plano de Ação Conjunto e produzir diagnóstico sobre a participação política dos seus respectivos grupos.

Para as ministrantes/professoras: Constituir grupos focais para discutir formas e estratégias de intervenção em locais de atuação identificados; fornecer bases metodológicas sobre os principais meios e temas a serem problematizados/pautados; e, estimular as potencialidades pessoais das participantes para aplicarem, monitorarem e avaliarem suas performances de atuação, qualificando as intervenções identificadas e acordadas.

Para as participantes: Compreender as práticas de advocacy e de mediação de conflitos em direitos humanos com foco nas relações de gênero e atuar para validá-las, visando o fortalecimento de ações coletivas, de ações lideradas por mulheres LBTs, profissionais do sexo, mulheres negras, PVHA, nas próprias comunidades para defesa de direitos e mediação de conflitos.

Para as/os interagentes (sociedade atingida diretamente): Refletir sobre a importância do respeito às desigualdades sociais de gênero, considerando a importância da cooperação e da solidariedade mútua; debater maneiras não discriminatórias de reagir a situações cotidianas diversas e conhecer os mecanismos de denúncia e intervenção estatal.

O projeto que agora se apresenta tem por objetivo implementar, analisar e avaliar as etapas de uma ação estruturada de mediação de conflitos em Direitos humanos com foco em gênero no contexto das organizações sociais de Florianópolis, de modo a compreender as pautas políticas e seus distintos desdobramentos; qualificar os quadros políticos atuantes no município e identificar novas potenciais lideranças para comporem novos quadros (40 ativistas/militantes/educadoras comunitárias) e avaliar conjuntamente os resultados da atuação. A intervenção aqui prevista centra-se nos métodos de relações governamentais aplicados ao advocacy, enquanto objeto de qualificação da intervenção política local. Para o efeito, definiram-se quatro dimensões de impacto do projeto que congregam essa amplitude: gestoras da proposta, portanto, processual; ministrantes/professoras, portanto, interpessoal/social; participantes formadas, portanto, organizacionais, em interface direta com espaços de controle social; e, interagentes, portanto, impacto nas comunidades trabalhadas, nos espaços de controle social e na própria organização institucional. Na primeira, iremos descrever e avaliar o processo e o produto da sua implementação, seguindo um modelo que será construído conjuntamente e alicerçará todo o projeto - a elaboração e validação de um Plano de Ação conjunto; na segunda, aplicaremos uma gama de conhecimentos teóricos e práticos e avaliaremos as distintas ocupações e o como pautar de maneira qualificada o planejamento construído conjuntamente; na terceira, auscultamos sobre as aprendizagens e a aquisição de habilidades de mediação de conflitos em gênero, promovendo a criação de estratégias de atuação e o funcionamento de novas abordagens comportamentais, em prol da melhoria pessoal, interpessoal e social; na quarta, visamos reconhecer o impacto do projeto nos espaços de controle social do município de Florianópolis, tanto na sua estrutura formal, como nos processos de discussões informais, pautando as metas e atividades pactuadas no Plano de Ação e os procedimentos e as práticas que se pretendem enraizados nas participantes e no contexto.

¹2ª Edição do Guia de Advocacy para Lideranças - Unaid/2018. Disponível em <<https://unaid.org.br/wp-content/uploads/2018/10/Guia-de-advocacy-do-MNCP-1.pdf>>; BARSTED, Leila Linhares. Lei Maria da Penha - uma experiência bem-sucedida de advocacy feminista. Disponível em <https://cursoextensao.usp.br/pluginfile.php/220450/mod_folder/content/0/%5BBARSTED%2C%20Leila%20Linhares%5D%20Lei%20Maria%20da%20Penha%20-%20uma%20exper%C3%Aancia%20bem-sucedida%20de%20advocacy%20feminista.pdf?forcedownload=1>; Guia advocacy legislativo.LGBT indd - Cepac. Disponível em <<http://www.cepac.org.br/agentesdacidadania/wp-content/uploads/2014/04/guia-advocacy-legislativo.pdf>>

² Violência doméstica de gênero e mediação de conflitos. Parizotto, NR- 2018 - Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/sssoc/n132/0101-6628-sssoc-132-0287.pdf>>; Direitos humanos e mediação de conflitos / [Instituto de Tecnologia Social, Secretaria Especial de Direitos Humanos-SEDH]. — São Paulo : Instituto de Tecnologia Social / Secretaria Especial de Direitos Humanos-SEDH, 2009. Disponível em <http://www.dhnet.org.br/dados/cursos/mediar_conflitos/curso_m_conflitos_modulos_1_10.pdf>

Para além de aplicar uma técnica de instrumentalização teórica e promover a mudança cultural na sociedade, com vistas à formação de novos valores e atitudes em relação ao empoderamento das mulheres, pessoas LBTs, mulheres negras, profissionais do sexo e PVHA, pretende-se criar estruturas de gestão de conflitos, bem como a qualificação dos movimentos sociais organizados na e da cidade, visando esta ação como uma experiência piloto de tecnologia social de melhoria sociopolítica. Esta proposta revela-se necessária, dinâmica e integrada, ainda que se ante-veja uma atenção continuada que garanta a sua sustentabilidade. O empoderamento das populações aqui trabalhadas (LBTs, profissionais do sexo, mulheres negras, PVHA e organizações de mulheres/feministas) através da mediação de conflitos e incidência política poderá contribuir para melhorar o desempenho pessoal, social e institucional na gestão das relações interpessoais e dos conflitos de gênero. As estruturas sociais organizadas que serão qualificadas nas técnicas de advocacy e de mediação de conflitos se tornarão ativas, realizando diversas atividades para promover pautas de gênero qualificadas e garantir gradualmente dinâmicas relacionais e sociais pela igualdade de gênero, afirmando-se no âmbito da estratégia global a afirmação da cultura de mediação e uma maior disseminação nos espaços de controle social, visando sua expansão para a comunidade e interagentes.

Às mediações de conflitos aqui trabalhadas levarão em consideração qualificar as participantes a distinguirem as violências categorizadas por aquelas definidas na Convenção de Belém do Pará³ – OEA (9 de junho de 1994) e as outras manifestações: física, psicológica, verbal, sexual, patrimonial e negligência institucional, visando os princípios que regem a Lei Maria da Penha⁴ e a Declaração dos Direitos Humanos⁵ e a meta 5 dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - ODS⁶. Os incipientes dados com relação às violências contra as mulheres (somando os recortes de mulheres profissionais do sexo, mulheres negras, LBTs e PVHA) e a baixa participação das mesmas representatividades nos cargos de decisão dos poderes constituídos, essencialmente no município de Florianópolis e na assembléia legislativa de Santa Catarina⁷, torna-se possível inferir que esse cenário alimenta-se dos valores machistas, racistas e sexistas. Esses são valores hegemônicos, legitimados, construídos e perpetuados nos discursos de diferentes áreas e reforçados pela atual conjuntura brasileira, concentrando energia a ataques as pessoas que divergem dos modelos socialmente pré-estabelecidos ou que se encontram à margem dos processos políticos e das estruturas macro de poder (profissionais do sexo, mulheres negras, LBTs, PVHA) que acabam sendo alvo de métodos que visam a sua anulação e invisibilidade nos espaços de decisão. Mulheres, incluso as expressões étnico-raciais e da sexualidade humana: lésbicas, bissexuais, travestis, transexuais, queers, intersexuais, tornam-se alvos de discriminações e de intolerância social. Alheias aos seus direitos constitucionais, essa população se cala diante das injustiças em virtude de um falso consenso sobre o que é legítimo e ilegítimo, normal ou patológico. Essas condições associadas ao universo étnico-racial, LBTs, profissionais do sexo e PVHA, agrava-se sobremaneira quando relacionadas à classe social, raça e grau de escolaridade. O crescente índice de intolerância de gênero⁸ tem chamado a atenção de organismos internacionais, tanto aqueles ligados aos Direitos Humanos, como os da saúde, a exemplo da OMS (Organização Mundial da Saúde) e da OPAS (Organização Pan-Americana da Saúde), que convocam a sociedade civil para atuar frente às iniquidades de gênero (meta 5 dos ODS) e descortinar as relações de poder como um papel preponderante para o fortalecimento da democracia⁹. Muitas ativistas e militantes têm buscado asilo político devido assédio e ameaças de morte por conta da forte intolerância que o atual cenário político incita contra às consideradas “minorias” sociais¹⁰. Outras ocorrências, como lesão corporal, tentativa de homicídio, maus tratos e ameaças, estão evidenciadas principalmente nos espaços virtuais de militância e enfrentamento às relações desiguais de gênero (revistas, jornais, sites, blogs e outros meios narrativos de visibilidade). Como aponta a literatura especializada, a violência, principalmente aquelas vinculadas as expressões de gênero, raça e classe, é e está sujeita a formas diversas e cotidianas de discriminação que incluem humilhações, ofensas, extorsões, exclusão da escola e da família, tratamento inadequado por parte de servidores públicos, problemas no trabalho e nas relações sociopolíticas.

Portanto, estimular a participação de mulheres nos cargos de liderança no âmbito das entidades representativas de movimentos sociais, sindicatos, conselhos de naturezas diversas, e em todos os tipos de associação em que mudanças

³ Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência Contra a Mulher (Convenção de Belém do Pará, 1994) – promulgada pelo Decreto nº 1.973, de 01/08/1996. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1996/D1973.htm> ; e, <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/D4316.htm>

⁴ Lei Maria da Penha - Lei 11340/06 | Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006. Disponível em <<https://preserepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/95552/lei-maria-da-penha-lei-11340-06>>

⁵ Declaração Universal dos Direitos Humanos - ONU. Disponível em <<https://nacoesunidas.org/wp-content/uploads/2018/10/DUDH.pdf>>

⁶ Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (CNOOS), mecanismo de coordenação doméstica e de acompanhamento nacional da Agenda 2030. Disponível em <http://www.itamaraty.gov.br/images/ed_desenvsust/ODS-pos-bras.pdf>

⁷ Santa Catarina tem baixa presença feminina na política, apenas 8% dos municípios catarinenses têm prefeitas no comando. Postado Portal Catarinas em 04/08/2018. Por Magali Moser. Disponível em <<https://catarinas.info/apenas-8-dos-municipios-catarinenses-tem-prefeitas-no-comando/>>

⁸ Homicídios, Raça e violência, Registros e estatísticas, Violência contra a mulher - Atlas da Violência 2018 - IPEA - Disponível em <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/relatorio_institucional/180604_atlas_da_violencia_2018.pdf>

⁹ OPAS/OMS chama atenção para a violência contra a mulher e minorias. Publicações da OPAS/OMS Disponível em <<https://www.paho.org/bra/images/stories/GCC/publicacoes%20opas%20final.pdf>>

¹⁰ Gays, negros e indígenas já sentem nas ruas o medo de um governo Bolsonaro. Instituto Humanitas Unisinos. Disponível em <<http://www.ihu.unisinos.br/188-noticias/noticias-2018/583930-gays-negros-e-indigenas-ja-sentem-nas-ruas-o-medo-de-um-governo-bolsonaro>>

nesse sentido se façam necessárias, são as questões que justificam o presente projeto. Além do desenvolvimento de processos e práticas interventivas no âmbito da mediação de conflitos em gênero e de intervenção direta nas políticas públicas por meio do advocacy e da constituição de uma rede qualificada de atuação política e social que possibilite o fortalecimento do controle social de mulheres, LBTs, mulheres negras, profissionais do sexo e PVHA em Florianópolis, Santa Catarina, este projeto visa, sobretudo, empoderar mais mulheres à ação.

b) Qual a METODOLOGIA? (Descreva como planejam desenvolver o projeto)

Desenvolvimento

(1) Mapeamento, identificação e apresentação da proposta. Mapeamento e levantamento teórico; Construção de materiais pedagógicos, teórico e elaboração de planos de aula. Neste âmbito também se fará levantamento exaustivo nas redes sociais a fim de compilar e sistematizar experiências semelhantes no País e em outros países da América Latina. Identificar 40 lideranças/ativistas e/ou militantes advindas de movimentos sociais, ONGs, núcleos, laboratórios, associações, etc. para receber formação (quatro cursos de 40h aula total cada (160h geral) para dez participantes em cada curso, formando, no final da implementação, 40 participantes nas técnicas e práticas em advocacy e mediação de conflitos em Direitos Humanos com foco em desigualdades de gênero. Apresentação da proposta; Preparar os movimentos sociais identificados para receber o projeto, por meio de palestras com juristas, cientistas sociais e psicólogas, sobre direitos humanos, gênero, violência e formas de intervenção diante dos conflitos.

(2) Criação de equipe especializada para ministrar os cursos. Parcerias com profissionais especializados e de notório saber, advindos da Universidade Federal e de outros organismos Públicos do Estado (MP/SC), vinculados ao conjunto de atividades de maneira voluntária.

(3) Elaborar com as participantes de cada curso Planos de Ação conjunto, conforme demandas identificadas, pactuar estratégias e atividades a serem implantadas e desenvolvidas com o propósito de estimular práticas interventivas em conformidade com os perfis identificados das lideranças participantes - potenciais e virtudes pessoais. O ideal é que os 4 cursos tenham representantes dos seguintes segmentos: mulheres/feministas, militantes e ativistas de gênero, LBTs, mulheres negras, profissionais do sexo e PVHA, entrelaçando suas pautas, visando o fortalecimento orgânico das participantes e suas instituições. Ao final de cada curso deverá se formar uma rede e/ou constituir um comitê de trabalho que se reunirá uma vez por semana para fazer a supervisão e a avaliação das metas e atividades pactuadas. O curso será dividido em módulos (dez dias, quatro horas aula cada módulo) e fornecerá subsídios teóricos e práticos, tais como: formas de violência, sexualidade e igualdade de condições entre gêneros, concepções relativas à mediação, ética e legislação, entre os temas.

(4) Realização de Diagnóstico. A gestão do projeto fará encontros com a rede e/ou comitê formado, considerando as seguintes questões: verificação do processo de elaboração do Plano de Ação; percepção das atuais demandas, urgências e questões de ocupação prioritárias em espaços de decisão (conselhos, comitês técnicos, reuniões ampliadas, núcleos de gênero, diversidade entre outros dispositivos); resolução dos problemas identificados e às demandas surgidas na instituição; principais causas de conflitos identificados; encaminhamentos e/ou soluções; relação da organização/instituição com a comunidade e espaços de decisão. Serão elaborados questionários e entrevistas semiestruturadas para fazer o levantamento e o acompanhamento do Plano de Ação acordado em cada curso.

(5) Para que o projeto alcance os resultados esperados, no que tange a mediação de conflitos em Direitos Humanos com foco nas questões de gênero, serão consideradas as seguintes ações: i) estudos de caso, compartilhamento da ocorrência e/ou problema identificado/apresentado que será debatido no grupo no qual os casos serão discutidos entre as participantes, com o acompanhamento de uma gestora do projeto e uma jurista (voluntária). ii) fornecer espaço de mediação - a sede da instituição servirá como apoio, bem como seu departamento de assessoria jurídica serão ofertados gratuitamente - onde as partes envolvidas conversarão sob a coordenação da mediadora e discutirão possíveis soluções, visando o aprimoramento e aperfeiçoamento da prática da mediadora em formação.

(6) Escolha das pautas e as ações em advocacy. As participantes devem monitorar e alimentar a gestão do projeto com as principais pautas do cenário político local - identificar as pautas dos principais conselhos, verificar os movimentos que estão ocorrendo e suas bandeiras...- o importante neste item é fortalecer a liderança subsidiando-a com dados e estimular sua confiança, articulação e comunicação.

(7) À capacitação das lideranças, militantes e/ou ativistas será feita contando com as parcerias firmadas com a Universidade Federal de Santa Catarina, por meio do Laboratório Interdisciplinar de Ensino de Filosofia e Sociologia - Lefis e o Ministério Público de SC. A condução e orientação, contudo, fica a cargo da gestão do projeto.

O projeto entra em vigor a partir da sua aprovação e terá dez meses de atuação, podendo se estender conforme as parcerias e articulações criadas quando da implementação da proposta. A equipe gestora e as participantes deverão discutir a eficiência das ações, os avanços e as alterações necessárias diante dos resultados. Gestores, técnicos e conselheiros de distintos espaços públicos deverão responder a um questionário sobre as ações que incidiram a partir do projeto e as pautas de gênero defendidas e atribuídas desde a participação das formadas. O registro das reuniões deverão ser compartilhadas com toda sociedade, para tanto, construiremos dispositivos virtuais de fácil acesso para acompanhamento, monitoramento e transparência da execução do projeto. Toda equipe gestora será avaliada por assessoria externa para refletir sobre o engajamento e o desenvolvimento da proposta. No fim da implementação,

prevê-se os dados sistematizados e apresentados à comunidade e aos movimentos sociais organizados, bem como aos conselhos de direitos, a fim de que se garanta a continuidade do mesmo.

Cabe salientar que a coordenação desta proposta tem interesse de candidatar-se a participar da bolsa de intercâmbio para participação da conferência feminista: 'Filia - A Feminist Conference' afim de aprimorar e trocar experiências com demais grupos, bem como apresentar a metodologia do projeto que será desenvolvido.

c) Como seu grupo/organização se fortalece com este projeto?

As entidades proponentes obterão ganhos que podem ser descritos como o aumento da capacidade de compreensão e conhecimento de uma realidade que é escamoteada pela sociedade patriarcal, misógina racista, lesbitransfóbica e preconceituosa frente às questões de sexualidades e PVHA. O esclarecimento sobre realidades complexas cujas discriminações sofridas são difíceis de serem enfrentadas demandam um discurso político, conceitual e consistente, portanto, esta iniciativa fortalece e instrumentaliza mulheres em práticas de advocacy em relações governamentais. Esses atributos só são obtidos com o conhecimento sobre a realidade trabalhada, contudo, é necessário a produção de dados da realidade contextual para promover novas práticas discursivas. Desta forma enriquecer o discurso político dessas mulheres, organizações/entidades, para os embates em que há necessidade de dados e argumentos como as disputas das políticas públicas é o foco central desta proposta. Também, o projeto favorece o crescimento das pessoas envolvidas como sujeitas políticas e de suas participantes como agentes de mudança. Enfim, o fortalecimento político, conceitual e operacional do grupo é o grande resultado, tanto no que diz respeito à mediação de conflitos e as ações em advocacy, como das demais atividades previstas - salientando que nossa experiência em campo nos fornece um marco zero no que diz respeito a urgência de formar uma Rede solidária de atuação conjunta.

6. DESCREVA AS ATIVIDADES A SEREM DESENVOLVIDAS NO PROJETO. (Coloque quantas forem necessárias)

Meta 1 – Mapear as organizações de mulheres, LBTs, mulheres negras, profissionais do sexo e PVHA, visando reconhecer a forma de atuação e participação dessas entidades, se plural e multirracial, nos espaços de decisão e quais os principais conflitos de gênero enfrentados.

Produtos – Relatório de pesquisa e documento elaborado a partir dele para ser entregue e discutido com participantes dos quatro cursos previstos, bem como, expandir os conhecimentos produzidos para toda comunidade.

Meta 2 – Oferecer 4 turmas de capacitação de 40 horas, para 10 ativistas/militantes e/ou educadoras sociais em cada turma, formando 40 ativistas nos temas: formas de violência, sexualidade e igualdade de condições entre gêneros, concepções relativas à mediação, ética e legislação

Produtos – 40 ativistas/militantes e/ou educadoras sociais capacitadas com relação às políticas públicas, advocacy voltado para o enfrentamento e mediação de conflitos a violência e desigualdades de gênero, incluindo as problemáticas da população LBTs, mulheres negras, profissionais do sexo e PVHA; Apostilas produzidas para o curso, ambiente virtual e comitê/rede formado/a; e, 4 Planos de Ação elaborados e monitorados periodicamente.

Meta 3 – Incidir nos espaços de decisão com relação a direitos e vulnerabilidades de mulheres em situação de violência, desigualdades quanto a população LBTs, mulheres negras, profissionais do sexo e PVHA (Plano de Ação conjunto) para implantar as políticas públicas direcionadas a problemática de gênero.

Produtos – 40 participantes formadas e fortalecidas por meio da rede/comitê criada/o onde os resultados do mapeamento das vulnerabilidades da população serão problematizados semanalmente e acordados por estratégias de ação coletivas.

Meta 4 – Proporcionar aos grupos de mulheres, LBTs, mulheres negras, profissionais do sexo e PVHA, o conhecimento sobre mediação de conflitos, advocacy, direitos e serviços de atendimento, atividades desenvolvidas pelos órgãos e instituições locais, mecanismos de denúncia, bem como a forma de acioná-los.

Produto – 1 Site, 1 Blog e 1 Aplicativo criados e alimentados coletivamente pelas instituições parceiras (o mecanismo será construído conjuntamente no decorrer das atividades, onde constará informações de todas as ongs, instituições e que sejam alimentados pelas mesmas com seus projetos e atividades e concentrem as orientações baseadas nas aulas).

7. MENCIONE RESULTADOS concretos que pensam conseguir com o projeto. (Coloque quantos forem necessários)

1. Ter colaborado para a implantação de uma rede sólida de mediadoras de conflito em gênero e garantido o fortalecimento institucional, visando a incidência política voltadas ao enfrentamento da violência e das desigualdades de gênero, em pelo menos 04 espaços (i.e. Assembléia Legislativa, câmara de vereadores, conselhos de saúde, assistência social...) participativos de decisão, no município de Florianópolis.

2. Ter prestado às 40 participantes qualificação teórica e prática, contribuindo de forma assertiva na performance política, além da instrumentalização em advocacy com o foco no fortalecimento das demandas de participação social no município.

3. Ter implantado ao menos 02 políticas voltadas ao enfrentamento da violência, desigualdades de gênero e diversidades em Florianópolis (projetos de lei, decretos e/ou outras formas legais) com a consequente diminuição de suas vulnerabilidades.
4. Ter empoderamento 100% das participantes com relação a informações sobre mediação de conflitos, direitos e acesso a serviços.

8. CRONOGRAMA DE ATIVIDADES:

Atividades	mês									
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
1. Mapear as organizações de mulheres, LBTs, mulheres negras, profissionais do sexo e PVHA, visando reconhecer a forma de atuação e participação dessas entidades, se plural e multirracial, nos espaços de decisão e quais os principais conflitos de gênero enfrentados. (i) Elaboração de questionário; (ii) visitas <i>in loco</i> para aplicação; (iii) visita ao conselho municipal de mulheres e ao centro de Referência para levantamento de dados preliminares	X									
1.1 Produzir diagnóstico sobre a participação política dos seus respectivos grupos.		X								
1.2 Relatório de pesquisa e documento elaborado a partir dele para ser entregue e discutido com participantes dos quatro cursos previstos, bem como, expandir os conhecimentos produzidos para toda comunidade.		X		X		X		X		X
2. Oferecer 4 turmas de capacitação de 40 horas, para 10 ativistas/militantes e/ou educadoras sociais em cada turma, formando 40 ativistas nos temas: formas de violência, sexualidade e igualdade de condições entre gêneros, concepções relativas à mediação, ética e legislação.			X		X	X	X			
2.1 Quatro Planos de Ação Conjunto elaborados e uma rede e/ou comitê de monitoramento e avaliação, que se reunirá uma vez por semana para fazer a supervisão e a avaliação das metas e atividades pactuadas.				X	X	X	X	X	X	X
2.2 As participantes devem monitorar e alimentar a gestão do projeto com as principais pautas do cenário político local - identificar as pautas dos principais conselhos, verificar os movimentos que estão ocorrendo e suas bandeiras, entre outras questões.			X	X	X	X	X	X	X	X
3. Incidir diretamente em 04 espaços de decisão (assembleia legislativa, câmaras de vereadores,				X	X	X	X	X	X	X

conselhos locais...) com relação a direitos e vulnerabilidades de mulheres em situação de violência, desigualdades quanto a população LBTs, mulheres negras, profissionais do sexo e PVHA (cumprindo as ações e metas do Plano de Ação conjunto) para implantar as políticas públicas identificadas, direcionadas a problemática de gênero.										
3.1 40 participantes formadas e fortalecidas por meio da rede/comitê criada/o onde os resultados do mapeamento das vulnerabilidades da população serão problematizados semanalmente e acordados por estratégias de ação coletivas.									X	
4. Proporcionar aos grupos de mulheres, LBTs, mulheres negras, profissionais do sexo e PVHA, o conhecimento sobre mediação de conflitos, advocacy, direitos e serviços de atendimento, atividades desenvolvidas pelos órgãos e instituições locais, mecanismos de denúncia, bem como a forma de acioná-los			X	X	X	X	X	X	X	X
4.1 Encontros com a rede e/ou comitê formado, considerando as seguintes questões: verificação do processo de elaboração do plano de ação; percepção das atuais demandas, urgências e questões de ocupação prioritárias nos espaços de decisão (conselhos, comitês técnicos, reuniões ampliadas, núcleos de gênero, diversidade entre outros dispositivos); resolução dos problemas identificados e às demandas surgidas na instituição; principais causas de conflitos identificados; encaminhamentos e/ou soluções; relação da organização/instituição com a comunidade e espaços de decisão. Serão elaborados questionários e entrevistas semiestruturadas para fazer o levantamento e o acompanhamento do Plano de Ação acordado em cada curso.			X	X	X	X	X	X	X	X
4.2 Estudos de caso, compartilhamento da ocorrência e/ou problema identificado/apresentado que será debatido no grupo no qual os casos serão discutidos entre as participantes, com o acompanhamento de uma gestora do projeto e uma jurista.			X	X	X	X	X	X	X	X
4.3 Fornecer espaço de mediação - a sede da instituição servirá como apoio, bem como seu departamento de assessoria jurídica serão ofertados gratuitamente - onde as partes envolvidas conversarão sob a coordenação da mediadora e discutirão possíveis soluções, visando o aprimoramento e aperfeiçoamento da prática da mediadora em formação.			X	X	X	X	X	X	X	X
4.4 1 Site, 1 Blog e 1 Aplicativo criados e alimentados coletivamente pelas instituições parceiras (o mecanismo será construído conjuntamente no decorrer das atividades, onde constará informações de todas as ongs, instituições e que sejam alimentados pelas mesmas com seus projetos e atividades e concentrem as orientações baseadas nas aulas).			X	X	X	X	X	X	X	X

<p>5. Elaboração dos relatórios (parcial e final) a partir do monitoramento e avaliação. Neste item, serão sistematizados os dados das pesquisas realizadas com gestores, técnicos e conselheiros de distintos espaços públicos e a avaliação da equipe executora realizada por uma equipe externa.</p>			x			x				x
---	--	--	----------	--	--	----------	--	--	--	----------